



6 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 19 de abril de 2022

<b>Bolsas</b> Na segunda-feira <b>0,43%</b> São Paulo <b>0,11%</b> Nova York	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias <b>116.147</b> <b>115.687</b> 12/4 13/4 14/4 18/4	<b>Salário mínimo</b> <b>R\$ 1.212</b>	<b>Dólar</b> Últimas cotações (em R\$) Na segunda-feira <b>R\$ 4,648</b> (-1,02%) 11/abril 4,690 12/abril 4,674 13/abril 4,615 14/abril 4,696	<b>Euro</b> Comercial, venda na segunda-feira <b>R\$ 5,011</b>	<b>Capital de giro</b> Na segunda-feira <b>6,76%</b>	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano) <b>12,15%</b>	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %) Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73 Janeiro/2022 0,54 Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62
---	---	---	---	--	--	---	---

**TRABALHO /** Valor consta do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do próximo ano, mas é insuficiente para bancar correção de 5% proposta pelo governo. Servidores prometem intensificar movimento por aumento mais elevado

# R\$ 11,7 bi, em 2023, para reajuste salarial

» ROSASNA HESSEL

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



O governo reservou R\$ 11,7 bilhões para o reajuste salarial dos servidores federais em 2023, conforme provisão incluída no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do ano que vem, enviado na noite do último dia 14 ao Congresso Nacional. Contudo, a reserva não será suficiente para bancar um reajuste linear de 5%, que seria dado a partir de junho deste ano, como sinalizou o Palácio do Planalto na semana passada.

De acordo com o secretário especial do Tesouro Nacional e Orçamento, Esteves Colnago, um aumento de 5% apenas para os servidores do Executivo acarretaria despesa adicional de R\$ 6,3 bilhões, de julho a dezembro de 2022, e de R\$ 12,6 bilhões em 2023. A diferença de R\$ 900 milhões precisaria ser compensada com corte de despesas não obrigatórias, que, pelo PLDO de 2023, somam R\$ 108,2 bilhões — e estão bem perto do limite de R\$ 90 bilhões apontado por analistas como capaz de provocar a paralisação da máquina pública.

No Orçamento de 2022, o governo destinou R\$ 1,7 bilhão para o reajuste dos policiais federais, e já integrou R\$ 1,3 bilhão para cumprir o teto de gastos. Portanto, precisará cortar despesas ou emendas parlamentares para conceder qualquer reajuste neste ano. Ao admitir a reserva dos R\$ 11,7 bilhões para 2023, Colnago disse que o reajuste de 5% é apenas uma das medidas sobre a mesa do presidente Jair Bolsonaro (PL). De acordo com ele, o martelo ainda não foi batido por conta do efeito cascata de um reajuste linear em 2023.

“Todo mundo quer e todo mundo deseja mais, porém, um reajuste de 5% é um esforço

**De acordo com Esteves Colnago, situação das contas públicas preocupa, e aumento de 5% ainda não está decidido**



**Não estamos em uma situação em que o país esteja tranquilo. Ainda temos uma fragilidade e necessidade de consolidação fiscal”**

**Esteves Colnago, secretário especial do Tesouro Nacional e Orçamento**

fiscal considerável, e não está decidido”, disse Colnago, durante a apresentação do PLDO de 2023. Segundo o secretário, o teto de gastos não permite um reajuste maior. “Não estamos com superavit primário. Não estamos em uma situação em que o país esteja tranquilo. Ainda temos uma fragilidade e necessidade de consolidação fiscal”, acrescentou. O PLDO prevê déficit primário de até R\$ 65,9 bilhões no próximo ano.

Mas essa é apenas a ponta do iceberg. Se o mesmo reajuste de 5% for concedido aos demais servidores do Executivo e aos do

Judiciário, a despesa extra aumenta em R\$ 1,5 bilhão de julho a dezembro deste ano, e dobra, em 2023, para R\$ 3 bilhões.

Segundo analistas, dados que não constam do resultado primário, como o encontro de contas dos precatórios que não serão pagos neste ano por conta do subteto para as dívidas judiciais, devem agravar as contas públicas dos próximos anos. Eles afirmam que outras bombas fiscais estão sendo armadas e podem explodir as contas públicas e a dívida do médio e longo prazos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é a linha mestra para a

elaboração do Orçamento do governo federal. De acordo com Colnago, existe uma margem fiscal de R\$ 20 bilhões para o cumprimento do teto de gastos em 2023, mas nessa conta não estão incluídas, por exemplo, as polêmicas as emendas do relator, as RP9, que também precisarão de remanejamento de recursos quando forem criadas durante a elaboração do Orçamento do ano que vem. Em 2021, essas emendas somaram R\$ 16,5 bilhões, valor considerado baixo pelos parlamentares. Na apresentação do PLDO, a margem estava zerada.

## Parâmetros contestados

Os parâmetros macroeconômicos do PLDO de 2023 preveem crescimento de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro neste ano, acima das estimativas mais otimistas do mercado, de 1%. E, para 2023, a projeção para o PIB é de alta de 2,5%, bem acima das estimativas do mercado, que estão cada vez mais perto de 1% e, em alguns casos, como na previsão da SulAmérica Investimentos, indicam queda de 0,7%.

“Os parâmetros estão muito fora da realidade e acabam superestimando a receita e as despesas”, destacou a economista Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria. Ela contou que a previsão da Tendências para o PIB deste ano é de variação zero e, para 2023, de alta de 1,3%. “Estamos diante de mais uma peça de ficção e de uma deterioração dos processos orçamentários. Quando olhamos para os parâmetros do PLDO, a credibilidade das projeções é zero”, lamentou a especialista, que não vê sustentação para o teto de gastos a partir de 2023, seja qual for o governo eleito.

A equipe econômica prevê alta de 6,7% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2022. Com isso, o salário mínimo estimado do próximo ano é de R\$ 1.294, ou seja, um reajuste de R\$ 82 em relação ao valor atual. Mas as projeções para a inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), diante das inúmeras surpresas que vem ocorrendo desde janeiro, estão cada vez mais perto de 8% do que do teto da meta deste ano, que é de 5%.

No projeto de lei, a equipe econômica ainda prevê queda da dívida pública bruta neste ano em relação a 2021, de 80,3% para 79,3% do PIB, e superavit primário nas contas públicas em 2025, de R\$ 33,7 bilhões, algo improvável, a não ser que o governo queime os recursos do colchão de liquidez da conta Única do Tesouro, segundo analistas.

“Um saldo positivo nas contas públicas, em 2025, só será possível em um cenário bastante otimista, o que será muito difícil diante dos desafios que o país ainda precisa enfrentar para conseguir”, destacou a economista da Tendências. “Um superavit primário, na melhor das hipóteses, só deverá ocorrer entre 2026 e 2027”, afirmou um economista de um grande banco. Desde 2014, o governo fecha as contas públicas no vermelho e, pelas estimativas dos técnicos da equipe econômica, haverá rombo fiscal de R\$ 27,9 bilhões, em 2024, completando 11 anos de déficits primários consecutivos. (RH)

**2,5%**

Alta do PIB em 2023 prevista no PLDO

## Policiais reforçam pressão

» LUANA PATRIOLINO  
» TAINÁ ANDRADE  
» FERNANDA STRICKLAND

Insatisfeitos com as promessas não cumpridas pelo governo, os policiais federais intensificam a pressão sobre o Planalto por um aumento salarial superior aos 5% previstos para todos os servidores públicos federais. Ontem, representantes da categoria se reuniram com o ministro da Justiça, Anderson Torres para discutir o assunto. Eles não descartaram a possibilidade de paralisar as atividades.

Em nota conjunta, entidades das forças policiais relataram o “sentimento de surpresa e descontentamento” pelo reajuste proposto pelo governo. Segundo as entidades, Anderson Torres, que também é delegado da Polícia Federal, afirmou que há interesse em trabalhar a parceria da recomposição inflacionária para todo o serviço público. No entanto, as organizações

Marcelo Camargo/Agência Brasil



**Forças de segurança querem também, reestruturar carreiras**

afirmam que “tal ação não obsta o andamento da reestruturação das polícias da União”.

Fazem parte do acordo: Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF); Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF); Federação Nacional dos Policiais Federais (FenaPRF); Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF); Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (Fenadepol); Federação Nacional dos Policiais Penais Federais do Brasil (Fenapof); Sindicato Nacional dos Servidores

do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (Sinpecpf). Nos próximos dias, serão realizadas assembleias para deliberar sobre as medidas a serem adotadas.

A Federação dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe) vai promover um ato na próxima semana em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) para pressionar a cúpula da Corte a discutir reajuste salarial. Os servidores defendem uma recomposição de 19,99%, referentes, segundo eles, às perdas inflacionárias desde 2019.

## Perdas no setor privado

» MICHELLE PORTELA

Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostram que, em fevereiro, 60,5% dos 119 reajustes dos trabalhadores do setor privado ficaram abaixo da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São dados preliminares, mas, em termos percentuais, se aproximam do observado em janeiro de 2021, quando foram analisados 2.315 reajustes.

Outros 15,1% dos reajustes de fevereiro tiveram valor equivalente ao da inflação acumulada nos 12 meses anteriores. Os demais 24,4% ficaram acima do índice inflacionário medido pelo IBGE.

“A gente vê os indicadores da economia, que ainda estão patinando. Esse é um contexto que joga contra as negociações coletivas. O que a gente tem observado é que as categorias mais sindicalizadas estão conseguindo repor pelo menos o INPC. É um cenário de muita instabilidade e vai requerer muita atenção dos trabalhadores, que têm de focar

no poder de compra”, explicou o sociólogo Luís Ribeiro, técnico responsável pelo levantamento.

No próximo 1º de Maio, sete centrais sindicais — entre elas Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e União Geral dos Trabalhadores (UGT) — farão um ato unificado em São Paulo. Candidato do PT à Presidência da República, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva será o principal convidado e deve discursar no evento.

De acordo com Miguel Torres, presidente da CTB, a reposição das perdas da inflação é uma das bandeiras dos trabalhadores, que debatem com os presidentes a revisão da reforma trabalhista de 2017. “A reforma foi nefasta. Tudo o que prometia trazer desenvolvimento e emprego trouxe precarização. Com isso, as condições de trabalho ficaram piores”, avaliou.

Um dos principais problemas apontados pelos sindicalistas é possibilidade de negociação direta entre patrão e empregado, sem a presença de um representante sindical.